

DIFERENCIAÇÃO SOCIAL NO BRASIL COLONIAL

Emílio Willems
Vanderbilt University

Na medida em que as ciências sociais têm se preocupado com a estratificação das sociedades latino-americanas, têm mostrado uma tendência bem conhecida para apresentar as estruturas destas em termos dicotômicos: uma pequena classe alta de proprietários ricos e poderosos e uma classe baixa e sem poder, composta heterogêneamente de trabalhadores rurais, proletários urbanos, pequenos comerciantes, artêsãos e semelhantes. Via de regra, a ascensão de novas classes e a crescente diferenciação interna de classes ascendentes ou tradicionais são admitidas com relutância e somente quando as sociedades latino-americanas demonstram a habilidade de fugir de sua tradição agrária e de seguir o curso irreversível da modernização. Tem havido forte inclinação para ignorar ou minimizar aquêles aspectos da estrutura social que sugerem um grau mais elevado de complexidade do que parece indicar o estereótipo de um sistema de duas classes.

A idéia de um sistema de duas classes é atualmente aceita sem discussão. Historiadores como Harting (1947:258) enfa-

Tradução de Glória Costa Lima Silva Jucá do original publicado pela "Comparative Studies in Society and History" (Volume 12, number 1) — janeiro de 1970, Cambridge University Press.

tizaram a política oficial de colonização das coroas Portuguesa e Espanhola e, com base no fato de que grandes doações de terras — a *encomienda* na Espanha e a *sesmaria* em Portugal — tornaram-se uma forma conhecida de exploração de terra. Diffie (1945:475) concluiu que os grandes proprietários tinham cada vez mais capacidade de desapropriar os pequenos proprietários e empurrá-los, junto com foreiros e parceiros, para posições de marginalidade econômica. Ambos os grupos tornaram-se parte do que Oliveira Viana chamou de “plebe rural”; êle considerou a alegada não-existência de uma classe “próspera e ativa” de pequenos proprietários um sério empecilho para a sociedade brasileira rural (1952:191). Outros cientistas sociais, como Charles Wagley (1963:101) e T. Lynn Smith (1963:352) também aceitaram a idéia de um sistema de duas classes. Jacques Lambert declarou (1963:57) que “as classes médias não tiveram praticamente nenhuma parte na sociedade rural e... o grande latifúndio carrega muito da responsabilidade...” Êle também acusou êste último de privar a América Latina das “vantagens sociais da fronteira” e, por isso, das oportunidades para a ascensão social (1963:59), um ponto de vista partilhado por Benjamin Higgins, que chamou a fronteira brasileira de “a fronteira do grande homem”, a qual não oferece oportunidade alguma para fazendeiros camponeses (1963:158, 171).

O propósito dêsse artigo é reexaminar a idéia de um sistema de duas classes à luz de dados extraídos de censos¹ realizados entre 1822 e 1824 em dez localidades da capitania de São Paulo, Brasil. Êstes documentos escritos à mão não são recenseamentos populacionais no sentido moderno, mas apenas indicam nomes e números de chefes de família, suas ocupações, número de seus escravos e agregados e, às vêzes, a produção agrícola e/ou a renda monetária familiar.

Em seguida ao primeiro censo de São Paulo em 1822, numerosos levantamentos locais foram feitos em décadas subse-

(1) Tôdas as tabelas foram extraídas de Maços de População de Areias (1822), Bragança (1823), Cananéia (1822), Franca (1824), Iguape (1822), Itapetininga (1822), Itu (1822), Piracicaba (1822), Sorocaba (1823) e Taubaté (1822-1823), Arquivos do Estado de São Paulo. Agradeço a Márcia Mendes de Almeida pelo auxílio na compilação de dados dos volumes dos censos, e a Omer Galle pelos comentários críticos a uma primeira versão dêste trabalho.

qüentes, mas relativamente poucos contêm o tipo de informação que um escrutínio da estrutura social requer. Os dados relativos à diferenciação econômica e ocupacional da população são por demais esporádicos para permitir um estudo da mudança no tempo relacionada com o da variação no espaço. Ao invés, nós optamos por um estudo comparativo cobrindo tôda a classe de variação ecológica que, naquele tempo, caracterizou as áreas povoadas de São Paulo. Apesar da independência alcançada em 1822, a estrutura social do Brasil colonial, particularmente nas províncias, não tinha sido ainda afetada por qualquer mudança ocasionada pela emancipação política.²

O CONTEXTO ECONÔMICO

As dez localidades escolhidas para um escrutínio comparativo da diferenciação social podem ser divididas em três categorias. Em primeiro lugar, existem aquelas cuja economia era determinada pelos maiores produtos comerciais, açúcar e café. Areias, Taubaté, Iguape, Itu e Piracicaba estão nessa categoria. Em segundo lugar, o gado foi a maior concentração econômica de Sorocaba e Itapetininga, centro de vendas para os rebanhos de mulas, cavalos e gado, que eram trazidos em direção norte do Rio Grande do Sul para São Paulo e locais mais distantes. Nos pastos de Sorocaba e Itapetininga os rebanhos recuperavam suas forças e pêso normal antes de serem vendidos. Em terceiro lugar, as localidades remanescentes, Ca-

- (2) Há naturalmente o problema de avaliar-se até que ponto os antigos censos brasileiros refletem a realidade. Sérgio Milliet mostrou que por volta de 1820 haviam sido feitos esforços consideráveis para melhorar a qualidade dos censos e evitar as muito criticadas falhas dos primeiros levantamentos. Chamou também a atenção para o fato de que os cidadãos do Brasil colonial não podiam facilmente furtar-se às obrigações impostas pelas autoridades governamentais. Aquêles que forneciam informações erradas estavam sujeitos a pesadas penalidades, inclusive o confisco de propriedades e a perda de direitos civis (Milliet, 1939:124). Além disso, as localidades com que lidamos eram pequenas, nelas cada pessoa conhecia tôdas as outras, e havia portanto pouca possibilidade de respostas fraudulentas passarem despercebidas. O confisco de propriedades deve ter tido um certo atrativo para as autoridades governamentais do Brasil colonial, as quais eram intransigentes em questões fiscais. Podemos, portanto, supor que, de um modo geral, a maioria dos censos realizados após 1820 é bastante precisa.

nanéia, Bragança e Franca, produziam colheitas principalmente para consumo local, tais como milho, feijão, arroz, toucinho e algum algodão como também pequenas quantidades de açúcar e café para exportação.

Todos esses sistemas locais produziam colheitas comerciais para mercado estrangeiro e doméstico, mas estavam voltados para as necessidades de uma economia de subsistência. A agricultura cafeeira não tinha se expandido ao ponto de reduzir o setor de subsistência da economia. Observações como "vive de suas lavouras", "planta para passar", "nada exportou", "planta para o seu gasto" são extremamente freqüentes nos censos de tôdas as dez localidades. Sem necessariamente denotar pobreza, indicam meramente que o morador tinha vendido pouco, se é que tinha vendido, no mercado. De fato, grandes setores da lavoura brasileira desenvolveram um relacionamento viável com o seu habitat quase sem participar da economia monetária existente. A auto-suficiência tecnológica e econômica não era diferente daquela de muitas sociedades indígenas. De fato, plantavam-se produtos alimentícios, alguns dos quais, como a mandioca e seus processamentos, eram realmente indígenas. O acesso a matérias-primas, providas pelas florestas subtropicais, era (e ainda é) gratuito em tôda a região. As casas eram construídas sem o uso sequer de um prego, parafuso, dobradiça, ou qualquer coisa que tivesse de ser comprada. Vigas, traves e barrotes eram achas não talhadas prêsas com cipó, as paredes eram feitas de barro e o teto de sapé (Spix e Martius, 1938:182). As pessoas dormiam em esteiras feitas em casa, e balaios, gamelas e vasilhas de barro queimadas em fornos simples serviam como recipientes, os quais eram de manufatura local, feitas por membros da própria família ou por algum vizinho que estava sempre desejoso de permutá-los por alguma outra coisa. A fiação e tecelagem de algodão de cultivo local era, como todos os censos claramente indicam, tão comum que a compra de tecidos comercialmente disponíveis deve ter sido considerada mais um luxo do que uma necessidade. Sal e instrumentos de ferro manufaturados no local podiam, provavelmente, ser permutados por produto ou trabalho agrícola. Na verdade, esse tipo de economia de subsistência conservou-se virtualmente sem mudanças até a terceira

década do presente século e, em algumas das áreas cobertas pelos censos que estamos analisando, setores significantes do sistema estavam ainda intactos nos meados da década de 40 a 50 (Willems, 1961:125-30). Cândido, 1964: passim). Em outras palavras, o fato de muitos fazendeiros camponeses, enumerados pelos recenseadores do Brasil colonial, não haverem declarado uma renda ou uma produção agrícola convertida em dinheiro não significa que nós estamos tratando aqui com uma população de indigentes.

Analisando os dados do censo havia esperado encontrar uma correlação suficientemente aproximada entre a especialização ecológica de uma região e a estrutura ocupacional revelada nos dados. A expectativa era baseada em suposições econômicas. Parecia razoável supor que uma economia dirigida para o açúcar e o café, para animais domésticos e para produções de subsistência, teria gerado formas notoriamente diferentes de divisão de trabalho. Entretanto, as diferenças e semelhanças entre localidades individuais que emergiram no decurso da tabulação dos dados não seguem consistentemente padrões ecológicos. Em Areias, produtora de café, por exemplo, o número de escravos era três vezes maior que o total de seus chefes de família, enquanto em Taubaté, localizada na mesma região, a proporção entre chefes de família e escravos era quase de um para um. A proporção parece ser quase tão diferente entre Bragança e Franca, apesar do fato de que ambas as áreas especializaram-se em produtos de subsistência. Na verdade, Franca parece diferente, em alguns aspectos, de qualquer outra das localidades da nossa amostra. Tem a menor percentagem de fazendeiros, enquanto a proporção de artesãos é inesperadamente alta. Igualmente inesperada é a proporção entre chefes de família e escravos. Surpreendemo-nos como relativamente tão poucas pessoas poderiam possuir tantos escravos. A possível explicação de que a posse de escravos tenha sido concentrada entre uns poucos grandes proprietários não é cabível, como a Tabela 1A claramente indica. Altamente incongruente com êsses fatos parece ser a grande percentagem de trabalhadores livres — a maior registrada na Tabela 1. Está além do propósito dêste inquérito prover respostas específicas para essas questões. Significantes, talvez, são os fatos

de que Franca era muito distante da área central do povoamento de São Paulo e que seus primeiros colonizadores tenham vindo da vizinha capitania de Minas Gerais. Isto sugere uma subcultura diferente, cujas características mais evidentes não podem ser equiparadas com as de qualquer das outras localidades investigadas.

No que diz respeito à diferença entre Areias e Taubaté é preciso enfatizar que, por volta de 1822, a agricultura cafeeira estava muito mais desenvolvida em Areias do que em Taubaté. A agricultura cafeeira entrou em São Paulo vinda do Rio de Janeiro. Areias era muito mais perto da área de entrada do que Taubaté e, conseqüentemente, a lavoura do café já havia sido vastamente disseminada em Areias quando primeiro chegou a Taubaté, no seu caminho de difusão.

Parece que os censos de que nos ocupamos captaram a sociedade colonial de São Paulo numa confluência onde, de modo geral, sua participação na economia capacitaria a impor semelhanças estruturais a uma quantidade de comunidades locais que deveriam representar áreas ecológicas homogêneas. Adaptações puramente locais eram ainda suficientemente fortes para competir satisfatoriamente com as tendências de integração econômica regional. Duas décadas mais tarde, a lavoura de café havia se espalhado através do vale do Paraíba, por exemplo, e, sob o seu impacto, as cidades da região (Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá e outras) haviam adquirido as características de uma área ecológica relativamente homogênea, o que não acontecia em 1822.

CATEGORIAS OCUPACIONAIS E CRITÉRIO DE DIFERENCIAÇÃO

A divisão da população economicamente ativa segue de perto o critério usado nos censos. As categorias mais heterogêneas são as dos negociantes e artesãos. Aquêles incluíam os lojistas, agentes comerciais e os numerosos donos de tavernas; êstes eram artesãos especializados, tais como ferreiros, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, porém sua maioria era composta de costureiras e fiandeiras.

Em todos os censos a mendicância está registrada como uma ocupação distinta, que, presumivelmente, não trazia nenhuma desonra para seus praticantes. Mendicância não era certamente sinônimo de pobreza ou vadiagem, porque alguns censos (Bragança, Itapetininga, Franca) distinguiram explicitamente os mendigos dos pobres e, pelo menos um (Sorocaba) registrou os vadios como uma categoria especial. De um total de 247 mendigos, onze foram registrados como possuidores de escravos (apenas um, em geral).

Para averiguar o grau da diferenciação sócio-econômica utilizei quatro critérios: posse de escravos, ocupação, renda declarada e o valor monetário da produção anual declarada, baseado nos preços indicados pelas autoridades recenseadoras. No entanto, desde que as informações correspondentes à renda e à produção agrícola foram dadas apenas esporadicamente ou, em alguns casos, omitidas, somente a posse de escravos e a ocupação poderiam ser consistentemente utilizadas como critério de diferenciação de *status*. Ainda que o valor comercial de um escravo variasse de acordo com a idade, sexo, saúde, habilidade — e freqüentemente um escravo poderia significar pouco em termos de valor de revenda ou produtividade de trabalho — a posse de escravos, apesar de tudo, pode ser considerada como sendo uma medida da relativa posição sócio-econômica do proprietário. Em 1807, o valor de um escravo importado da África foi estimado entre 80 e 100 mil réis (Goulart, 1949:265). Em referência a 1808 uma fonte diferente calculou o valor médio de um escravo em 99\$500 (Santos Filho, 1956:118). Dez anos depois, o preço médio comercial de 20 escravos, de sexo e idade variadas, atingia 107\$500 (Santos Filho, 1956:127). Referindo-se à população escrava da cidade de São Paulo em 1765, Alfonso de E. Taunay considerou 100\$000 como “um preço muito razoável por um escravo” (Taunay, 1954).

Um olhar à Tabela 2 mostra que a renda anual total declarada por um grande número de plantadores em Areias, Taubaté, Franca e Itu era mais baixa que o valor monetário médio de um só escravo. Assim, a posse de escravos pode realmente ser considerada como indicador do *status* sócio-econômico de um indivíduo. Escravos representavam não

apenas um grande investimeto de capital, mas também isentavam o dono do trabalho doméstico e do estigma social ligado a êle, com a possível exceção de pessoas que relataram a posse de apenas um ou dois escravos. "Vive dos jornais de seus escravos" é a repetida definição da ocupação de certos indivíduos em alguns dos censos que estamos investigando e, no Brasil colonial, alugar seus escravos habilidosos era uma maneira relativamente comum de ganhar a vida ao nível de classe média.

Para determinar o grau de diferenciação interna de duas categorias ocupacionais bastante significativas, artesãos e comerciantes, foram utilizados, além da ocupação, dados relativos à posse ou não de escravos. Havia, por exemplo, um padeiro que possuía seis escravos e um ferreiro que possuía oito escravos, ambos relatados no censo de Areias. Sua renda deve ter sido consideravelmente maior que a de outros padeiros e ferreiros que não possuíam escravos, e não parece provável que um comerciante ou artesão que possuísse escravos tenha ficado no mesmo nível social de outros com a mesma ocupação mas que tiveram êles próprios que fazer trabalho doméstico para poder viver.

Junto a muitas famílias havia numerosos agregados, um termo que, naquele tempo, não tinha a significação que tem agora. Em São Paulo colonial, os agregados eram membros da família do proprietário e consistiam principalmente de "parentes perto ou distantes seus ou de sua mulher, geralmente dependentes social e econômicamente do proprietário: filhas viúvas ou aquelas cujos maridos estavam ausentes e com filhos menores, pais e sogros, mas principalmente mães e sogras, irmãs solteironas, parentes doentes e protegidos" (Herrmann 1948:66). Em nenhuma circunstância os agregados devem ser confundidos, como às vêzes o são, com foreiros e "moradores a favor", pessoas a quem era permitido cultivar uma parcela de terra sem entrar numa relação contratual específica com o dono.

Apesar da predominância de trabalho escravo havia "jornaleiros" (trabalhadores diaristas) em tôdas as comunidades, embora, na maioria dos casos, êstes constituíssem apenas uma fração muito pequena da fôrça total de trabalho. E a com-

petição entre trabalho livre e escravo não parece ter afetado a existência dos ofícios. De fato, um número considerável de artesãos, particularmente nas comunidades mais prósperas (Areias, Taubaté, Itu), foram bastante bem sucedidos para se tornarem, êles próprios, donos de escravos.

Uma das mais heterogêneas e, talvez, inesperadas categorias dos dez censos é a dos camponeses que não possuem sequer um escravo. Em todos os casos, com a exceção de um (Franca), o número dêsses excede de longe o dos agricultores donos de escravos. Em Iguape a proporção era quase de três para um; em Bragança era de quase quatro para um, e em Itapeitinga chegou a quase nove para um. Embora os censos não forneçam informação sôbre título de posse da terra, nós podemos estar razoavelmente certos que a maioria dêsses cultivadores eram foreiros e "moradores a favor" (Herrmann, 1948: 66-7). A falta de consistência terminológica torna impossível separar pequenos proprietários de foreiros e "moradores a favor" dentro da categoria de camponeses sem escravos. Apenas o censo de Taubaté relata "moradores a favor" como um grupo distinto. Haviam 216 dêsses moradores em 1822, e os outros 740 cultivadores eram, presumivelmente, foreiros ou pequenos proprietários.

EXTENSÃO E SIGNIFICAÇÃO DA DIFERENCIAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA

Embora o cunho agrícola seja indiscutível em tôdas as localidades, a proporção de chefes de família relatados como agricultores varia enormemente, como indica a Tabela 5. De fato, varia entre 85.7 e 40.8 por cento. A Tabela 1 também mostra que em comunidades como Franca, Itu e Sorocaba, onde apenas a metade ou menos de todos os chefes familiares foram classificados como fazendeiros, uma grande proporção dos restantes eram artesãos. Parece altamente improvável, no entanto, que, em qualquer localidade, mais do que uma pequena proporção dos indivíduos relatados pudessem viver de seu ofício particular. A demanda potencial pelas suas especializações era limitada não apenas pelo pequeno tamanho das

localidades mas, particularmente, pela relativa auto-suficiência dos grandes latifúndios agrícolas que costumavam ter, entre seus escravos, artesãos suficientes para satisfazer as necessidades mais comuns (Herrmann, 1948:67; Vieira, 1947:29). Pode-se presumir, por conseguinte, que a maior parte dos artesãos residindo em qualquer das dez localidades teve que ocupar-se, pelo menos até certo ponto, com a agricultura de subsistência. A mesma suposição provávelmente aplica-se aos numerosos pequenos comerciantes, particularmente àqueles que não possuíam escravos e dependiam do pequeno comércio à beira da estrada.

A persistência da agricultura de subsistência, a qual sobreviveu em numerosas localidades de tamanho comparável até quase a metade do presente século, impede que se atribua pêso excessivo à diferenciação ocupacional relatada pelos dez censos. De qualquer forma, o número das especialidades registradas em algumas localidades — e não as mais ricas — pode surgir como uma surpresa, especialmente se fôr levado em conta o tamanho das localidades e a relativa auto-suficiência do campesinato e das plantações. (Tabela 3.)

Nem o grau da diferenciação ocupacional nem a classe dos agricultores, de acôrdo com a posse de escravos (Tabela 1A) e a renda (Tabela 2) podem ser reconciliados com o estereótipo de uma estrutura social dicotômica. As três categorias mais significantes numéricamente são, sem dúvida, os escravos, os camponeses sem escravos, e os fazendeiros donos de escravos. Embora os escravos possam ser positivamente classificados como a camada de baixo, e donos de escravos pareçam adaptar-se às fileiras mais altas dessa escala experimental, um alto grau de diferenciação entre os donos de escravos levanta considerável dúvida sôbre a validade de uma conduta desta ordem. Em tôdas as localidades, excetuando Itu, fazendeiros possuidores de um a três escravos constituem a maior proporção e, em Bragança e Itapetininga, até mesmo a maioria, de todos os donos de escravos. Certamente, os agricultores nessa categoria não poderiam possivelmente ter cultivado grandes pedaços de terra; nem poderiam, muitos dêles, ter-se apoiado exclusivamente no trabalho escravo. Quando muito, seu lugar teria sido na hipotética classe média.

Embora as seguintes duas ou três categorias de donos de escravos na Tabela 1A devam ter estado consideravelmente melhores de vida, seu *status* sócio-econômico estava provavelmente a uma grande distância daquele da "aristocracia da terra", aquêles que tinham contrôle das grandes plantações de café e açúcar, possuidores de grande número de escravos, e que atingiam uma renda monetária perto ou maior do que 1.000 mil-réis. Em outras palavras, a categoria dos donos de escravos iria ocupar tôdas as posições concebíveis ao longo de um declive indo de um (aquêles possuindo um escravo) a x (possuidor do maior número de escravos em qualquer das localidades dadas). Uma impressão semelhante de graduação é dada pela Tabela 2, a qual lida com categorias de renda. Em qualquer dos pontos de vista que fôr tomado em relação a êsses dados, parece não haver escapatória do fato de que houve, em tôdas as localidades, uma classe média bastante grande, quase equidistante do estrato alto e baixo da sociedade.

A situação complica-se ainda mais pela complexidade oculta da categoria aparentemente simples dos camponeses sem escravos. Os censos de Areias e Taubaté proporcionaram informação suficiente para classificar ao menos uma proporção significativa dêsses camponeses, de acôrdo com sua renda declarada. No entanto, para compreender as implicações econômicas de qualquer renda particular naquele tempo, os números das Tabelas 2 e 4 devem ser vistos dentro da estrutura da renda geral encontrada em São Paulo durante as primeiras décadas do século dezanove. Os mais altos salários diários relatados para pedreiros e carpinteiros especializados em 1808 colocam-se entre 240 e 480 réis. Assim, se um dêsses operários trabalhasse 300 dias por ano êle ganharia pelo menos 72\$000, porém não mais do que 144\$000. Os salários diários de um trabalhador não especializado estavam entre 60 e 140 réis, somando uma renda anual variável entre 18\$000 e 42\$000 (*Papéis Avulsos*, Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo, vol. XXIV, p. 261; vol. XXIII, p. 1228 ff., 1936). A respeito dos escalões das rendas mais altas, duas das posições mais lucrativas da burocracia colonial, o Ofício do Escrivão da Ouvidoria Geral e Correição e o Ofício do Primeiro Tabelião da Capital, foram relatados como produzindo, em 1803, entre

600\$ e 800\$ e 249\$966 respectivamente (*Papéis Avulsos*, Revista do Arquivo Municipal, vol. VIII, 1935, p. 108).

Felizmente, a primeira Constituição do Brasil, promulgada em 1824, provê alguns critérios básicos para traduzir a renda em *status* social. De acôrdo com êsse código, um cidadão brasileiro tinha o direito de lançar seu voto nas Assembléias Paroquais locais se tivesse uma renda anual de pelo menos 100\$000 e se êle não estivesse empregado para fazer trabalhos domésticos. Apenas contadores, gerentes, administradores das propriedades agrícolas e fábricas, como também certos criados da família imperial, foram explicitamente isentos da categoria dos criados de servir. Aos eleitores provinciais, escolhidos pelas Assembléias Paroquais, era requerido que tivessem uma renda anual de pelo menos 200\$000. Os eleitores escolhiam os deputados e senadores mas, para ser elegível para êsses cargos, um provável deputado tinha que ter uma renda anual de 400\$000, enquanto que a do senador tinha que ser de pelo menos 800\$000 (Artigos 45, 5, 95 da Constituição Imperial do Brasil. Portella, 1876:42, 70, 72). Assim, se uma pessoa tinha o tipo certo de ocupação combinado com uma renda mínima de 100\$000 seria considerada uma pessoa de recursos. A próxima classe mais alta, acima ou ao nível de 200\$000, conferia considerável poder político, e muitos eleitores provavelmente estavam inseridos na parte mais alta da escala social. Aquêles situados próximo ou na base da categoria de cem ou duzentos mil réis não podiam, por nenhum esforço de imaginação, ser considerados ricos, embora possuissem um *status* que claramente os separava daqueles localizados nos degraus mais baixos da escada social. Pode-se presupor que a Constituição de 1824, que ainda não havia sido promulgada no tempo que a maioria dos censos foi feita, não estabeleceu êsses requisitos de um modo arbitrário. Êles constituíam sanções legais de convenções sociais aceitas. A associação dos requisitos de renda e ocupacionais na Constituição de 1824 pode ser interpretada como uma concessão adicional para o método corrente da gradação social.

Como a categoria de camponeses sem escravos se comporta à luz das considerações anteriores? Ôbviamente, a Tabela 4 revela um abismo profundo entre a estrutura da renda

de Taubaté e a de Areias. Em Taubaté, apenas 3 entre 275 camponeses tinham rendas acima do nível de 100\$000, e a grande maioria (80.6%) ganhava menos do que 20\$000. Em Areias, no entanto, onde virtualmente todo o dinheiro foi feito no rápido desenvolvimento da agricultura cafeeira, 65.1% de todos os camponeses sem escravos ganhavam mais de 100\$000, e 32.9% tinham rendas acima do nível de 200\$000. Em outras palavras, em Areias os camponeses sem escravos eram um lote extremamente diferenciado. A maioria (74.4%) — “moradores a favor” e foreiros provavelmente — não declararam renda monetária alguma e estavam empenhados no tipo tradicional de agricultura de subsistência; 25.6% participavam, em uma extensão variável, na economia de mercado, pois declararam rendas monetárias passando por todos os graus imagináveis de modesto a alto. Em Taubaté, no entanto, dos 25.5% de camponeses sem escravos que declararam renda monetária, 80.6% estavam concentrados no nível mais baixo da escala da renda.

O censo de Itu registrou somente a produção de açúcar e aguardente, e, conseqüentemente, apenas a renda dos donos das plantações de cana-de-açúcar podiam ser calculadas. Não há razão para supor que outros fazendeiros não tivessem renda de maneira alguma, nem iria uma tal suposição parecer razoável em relação às localidades restantes.

Juntamente com informações esporádicas acêrca da renda monetária, o censo de Franca relaciona a produção agrícola de uma proporção relativamente grande de todos os agricultores. Infelizmente, desde que êsses números se referem exclusivamente a produtos de subsistência (milho, grãos), nenhuma conclusão válida pode ser tirada em relação à renda monetária. Mas se se comparar a produção dos donos de escravos com a dos camponeses sem escravos, 27 dêsses produziam quase a mesma coisa e, em alguns casos, mais do que alguns donos de escravos. Assim pode-se presumir que entre os 54 camponeses sem escravos, 27 ou 50 por cento provavelmente ganhavam quantias modestas de dinheiro.

No que diz respeito à produção e à renda monetária, a comparação dos camponeses sem escravos e dos donos de es-

cravos mostra claramente que os escalões mais altos daqueles sobrepõe-se aos escalões mais baixos dos últimos. Em particular, no censo de Areias abundam casos nos quais os donos de poucos escravos ganhavam menos que muitos camponeses que não tinham escravo algum. Quaisquer que tenham sido as implicações sociais da posse de escravos, econômicamente não separou completamente os donos de escravos daqueles que não usavam trabalho escravo. Sòmente entre os escalões mais altos dos donos de escravos a correlação esperada entre renda e posse de escravos se manifesta, e, mesmo assim, de uma maneira bastante geral. Existem tantas inconsistências patentes que não podem ser atribuídas a declarações falhas ocasionais. No censo de Itu, por exemplo, o chefe de família n.º 2 com 47 escravos produziu e vendeu menos que a metade da quantidade de açúcar produzida pelo n.º 1 que tinha 38 escravos, e apenas um nono do que o n.º 178 produziu com 53 escravos. A produção do n.º 269, que possuía 54 escravos, foi apenas um sexto do que o n.º 178 foi capaz de produzir com 53 escravos. Com apenas 18 escravos, o n.º 273 produziu o dôbro da quantidade que o n.º 1 fêz com 38 escravos. A produção do n.º 288 com 14 escravos somou a não mais de um doze avos do que o n.º 277 produziu com 16 escravos. E, com apenas 11 escravos, o n.º 291 teve êxito em produzir o dôbro do açúcar que o n.º 290 fêz com 35 escravos. Dúzias de inconsistências semelhantes podiam fàcilmente ser apontadas no censo de Itu.

Comparações entre donos de escravos, bem como entre êstes e camponeses sem escravos, mostram considerável falta de correlação no censo de Areias. Há, por exemplo, o chefe de família n.º 457 que não possuía escravos e que ganhou exatamente o dôbro do que o n.º 458 com 2 escravos, e consideravelmente mais que o n.º 477 com 15 escravos. A inconstância mais impressionante é encontrada no n.º 512 que, com 12 escravos, ganhou menos que um onze avos do que o n.º 511 foi capaz de ganhar sem escravo nenhum. E a renda monetária do n.º 614, que não possuía escravos, foi consideravelmente maior que a do n.º 618, com 12 escravos. O chefe de família n.º 357 com apenas 5 escravos produziu e vendeu muito mais café que o n.º 375 que possuía 19 escravos. Ain-

da, o número de tais inconsistências poderia ser multiplicado quase indefinidamente.

Do mesmo modo o censo de Taubaté abunda em discrepâncias entre o número de escravos possuídos e a renda monetária declarada por muitos fazendeiros. No entanto, em comparação com Areias e Itu, os níveis mais altos da renda dos proprietários de Taubaté classificam-se muito mais abaixo que aquêles das duas outras localidades. O mesmo aplica-se, embora numa extensão menor, à cidade de Franca. Outrossim, em Taubaté, 89.6% de tôdas as rendas da agricultura estavam na categoria mais baixa (1 a 100 mil réis), enquanto em Areias apenas 18.2% das rendas declaradas classificavam-se naquela categoria. De fato, os contrastes entre as estruturas da renda de Areias e Taubaté são drásticas demais para sugerir também diferenças essenciais nas estruturas de preços. Não somente era mais barata a vida em Taubaté, mas a extensão na qual seu povo participava na economia monetária existente ficava bastante atrás daquele de Areias e Itu. Mas, seria um erro pressupor que a estrutura da renda de Taubaté era menos diferenciada que aquela das duas outras localidades. Enquanto somente um punhado de gente classificava-se acima do nível de 100 mil réis, e apenas dois podiam ser comparados com os ricos plantadores de Areias ou Itu, os fazendeiros de Taubaté que ganhavam menos de 100\$000 provaram ser tão altamente diferenciados como aquêles das mais altas classes de renda em qualquer outro lugar. Parece bastante concebível que um código diferente deveria ser usado para converter a renda monetária em *status* social, certamente diferente daquele predominante em Areias e Itu. A maioria dos plantadores de Taubaté que possuíam cêrca de 20 escravos faziam não mais do que 300 ou 350 mil réis. Um com 46 escravos declarou uma renda monetária de 490\$000. Um outro fazendeiro com 16 escravos não fêz mais que 32\$680. De fato, a posse de cêrca de dez escravos e uma renda de menos de 100\$000 não eram aparentemente inconciliáveis dentro do sistema econômico de Taubaté, pois haviam 15 casos dêsse tipo. Supondo-se que o valor de mercado de um escravo era o mesmo em qualquer lugar do sul do Brasil, poder-se-ia esperar que a renda do investimento de capital em escravos não caísse

abaixo de um certo nível; de outra maneira a posse de escravos não teria feito muito sentido em termos de um sistema econômico racional. Aparentemente, no entanto, um número de donos de escravos em Taubaté não eram guiados tanto pelas expectativas de uma renda econômica adequada, como pelo *status* que a posse de escravos lhes conferia.

CONCLUSÕES

A análise de dez censos locais parece fundamentar as seguintes conclusões:

1 — Num contraste agudo com o quadro estereotipado de uma sociedade de duas classes, a população de tôdas as localidades prova ser altamente diferenciada. Não apenas existiam ricos donos de plantação e escravos, mas um numeroso campesinato livre, mais numeroso realmente que os donos de escravos; quanto a êstes, considerados como um grupo, apresentavam ainda diferenciação interna, de acôrdo com o número de escravos que possuíam. De fato, tantos são os graus intermediários entre aquêles que exemplificam o retrato convencional da "aristocracia rural" e aquêles que possuem apenas uns poucos escravos que qualquer tentativa de tornar dicotômica a categoria de donos de escravos seria vã. Além do mais, o campesinato composto de donos de terra, foreiros e "moradores a favor" prova ser um conjunto extremamente heterogêneo. Êste estende-se de fazendeiros de subsistência sem nenhuma renda monetária, passando pelos que ganham pouco dinheiro até atingir gradualmente uma pequena proporção de agricultores relativamente prósperos, na verdade algumas vêzes mais prósperos que muitos donos de escravos.³

(3) Camponeses que não possuíam escravos não estavam necessariamente numa posição de inferioridade no que concerne à disponibilidade de trabalho. Escravos certamente podiam ser empregados. Além disso, todos os membros da família, exceto os muito jovens ou muito velhos, trabalhavam nos campos, porém tarefas maiores tais como a limpeza do campo, separação do joio, colheita do milho, construção de casas, pontes e estradas eram geralmente feitas por meio de um sistema institucionalizado de troca de trabalho entre vizinhos, mais comumente chamado *mutirão*, embora muitas designações locais diferentes tenham sido registradas. Da maneira como é encontrado no Brasil o *mutirão* tem raízes triplíces: na tradição ibérica, na indígena e na africana. Para referências históricas ver Cândido 1964:47 ff.; Caldeira 1956:19-25).

A diferenciação ocupacional, apesar de consideravelmente maior do que as circunstâncias pareciam indicar, deve ser interpretada "cum grano salis", embora nem artesãos nem comerciantes pudessem concebivelmente ser designados para um só estrato apenas. A posse de escravos era também significativa para distinguir pequenos comerciantes de grandes comerciantes e artesãos de fabricantes de pequena escala.

2 — Embora num sentido amplo, os agricultores com grande número de escravos tendessem a ter grandes rendas monetárias, muitos casos mostram uma surpreendente falta de correlação entre a renda e o número de escravos possuídos. Possuir escravos por prestígio, mais do que por lucro monetário, tornava-se possível em virtude do limitado engajamento na economia monetária. Se um escravo produzia pouca ou nenhuma retribuição, êle seria capaz pelo menos de produzir comida para manter vivo a si mesmo e a seu dono. Aparentemente, como princípio de classificação social, a posse de escravos e a renda provavelmente agiam de certo modo como vetores que se entrecruzavam, embora as condições sob as quais a Constituição concedia os privilégios de voto indiquem que a renda monetária poderia ser convertida em *status* social.

3 — Os poucos censos que permitem a comparação de estruturas de renda sugerem fortemente que o pêso atribuído às unidades de medida (escravos e renda) não era necessariamente transferível de uma localidade para outra. Qualquer sistema sócio-econômico local específico era suficientemente diferente de outros sistemas de modo a requerer interpretação do seu critério de estratificação em termos de sua própria estrutura de valor.

4 — Qualquer que seja o grau de diferenciação inter-local, uma característica importante parece ser comum a todas as dez localidades: havia um estrato social que não pode, por obra de nenhum rasgo de imaginação, ser confundido quer com a classe mais alta dos ricos latifundiários, quer com a classe mais baixa de escravos, operários, indigentes vadios e mendigos. De uma maneira geral, nossas descobertas coincidem com as de Oliveira Tôrres que chamou a atenção para o fato de que além dos senhores de engenho havia lavradores

e moradores. Quanto aos lavradores, subdivididos em proprietários e rendeiros, “têm seus campos e plantações de cana, fornecem a cana para ser processada pelo engenho; em alguns casos possuem escravos (6 a 10, de acôrdo com Tollenare) e rebanhos de gado necessários para seu trabalho. Em troca do fornecimento de cana recebem a metade da produção de açúcar. Por meio do seu trabalho, dos resultados de sua atividade sempre grande, ascendem freqüentemente a uma posição considerável” (Oliveira Tôres, 1965:23).

Os moradores, de acôrdo com Oliveira Tôres, classificam-se mais baixo que os lavradores; são descritos como foreiros, mas no São Paulo Colonial, conforme foi dito antes, foreiros devem ser distinguidos dos “moradores a favor”.

A vista dos fatos refletidos pelos dez censos parece impossível escapar à conclusão de que havia, na verdade, uma classe média rural no São Paulo colonial. Um sistema de classes certamente implica pelo menos em algum grau de abertura ou mobilidade social, sugestão esta que está obviamente em desacôrdo com a noção muito difundida de que a estratificação da América Latina colonial se fundamentava em castas e não em classes. Encontra-se além do propósito dêste trabalho reviver uma controvérsia que não pode ser resolvida enquanto nenhum fato nôvo pertinente fôr coberto. Em vez de generalizar sôbre a América Latina, ou mesmo o Brasil, meramente afirmamos que a sociedade colonial do Brasil sulista certamente não era uma sociedade de castas. Havia mobilidade social e em grau suficiente para afetar a maneira como a sociedade estava estratificada. De fato, como Oliveira Vianna afirmou, havia, lado a lado com uma aristocracia da terra, uma classe alta de ricos latifundiários de origem humilde.

“Este segundo estrato é composto de elementos plebeus, lavradores do Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura — homens honrados e sóbrios que tinham pouco, “homens de qualidades” como os chamavam alguns papéis de sesmaria — que requerem terra; e que, sem se fazer notar, silenciosamente, se estabelecem com seu gado nos pastos e florestas no interior. Sua situação econômica é modesta no comêço. Mais tarde se tornam ricos. Acumulando recursos de capital eventualmente

chegam a possuir, via de regra, grandes fortunas; tornam-se opulentos donos de latifúndios valiosos, de vastos ranchos de gado, de importantes engenhos de açúcar e de numerosos escravos (Oliveira Vianna, I, 1952:35-36).

Realisticamente, pode-se fazer a suposição de que nem todos êsses honrados e sóbrios homens de origem plebéia tenham subido até ao alto. Muitos dêles nunca passaram acima do nível de lavradores, composto de camponeses livres que possuem até mais ou menos uma dúzia de escravos. Isso não significa que todos os fazendeiros sem escravos pertencessem à classe média, ou que estivessem no mesmo nível social dos donos de terras de açúcar e café e de cerca de uma dúzia de escravos. Sem tentar estabelecer linhas de demarcação, nós meramente acreditamos que o estrato médio é suficientemente numeroso e heterogêneo para sugerir possíveis subdivisões.

No contexto atual, o estudo histórico da "Classe Média em Guaratinguetá", de Lucila Herrmann, merece alguma atenção principalmente porque diz respeito à área geral em que estão localizadas Areias e Taubaté. Em referência ao período compreendido entre 1775 e 1825 a autora menciona o fato de que foreiros que cultivavam café na terra de outrem e pequenos comerciantes que vendiam seus artigos à beira da estrada eram muitas vezes capazes de adquirir pequenos lotes de terra, "um ou dois escravos", e assim subir gradualmente até uma posição de classe média. Mesmo escravos libertos, aproveitando-se de oportunidades semelhantes, muitas vezes ascenderam, não para a classe média, mas para uma camada intermediária que os distinguiu da classe baixa (Herrmann, 1950:33). Pode-se supor que êsse tipo de mobilidade não foi uma característica peculiar a Guaratinguetá, porém que também ocorreu onde as condições ecológicas e econômicas, como as de Areias e Taubaté, eram semelhantes às daquela localidade.

Seria um tipo bastante ingênuo de etnocentrismo esperar que a classe média rural do Brasil colonial fôsse uma réplica da classe média rural da Nova Inglaterra ou da Europa Ocidental durante o comêço do século dezenove. O conceito de classe média, como o de qualquer outra classe, deveria ser definido em têrmos de um contexto cultural determinado. Tem-

-se argumentado que termos como classe média ou classe em geral, deveriam ser banidos de discussões sobre as sociedades latino-americanas, em virtude de trazerem êles conotações típicas da Europa Ocidental ou dos Estados Unidos, as quais não se aplicam à maneira pela qual as sociedades latino-americanas são estratificadas (Johnson, 1959:3). Certamente pode-se levantar objeções semelhantes contra conceitos tais como família, comunidade, cooperativa, sindicato de trabalhadores, estado e muitos outros. Todos êles trazem conotações que os europeus ou anglo-americanos parecem aceitar passivamente, até que aprendam a se desligar do contexto de sua própria cultura e a interpretar a classe média brasileira, o sindicato dos trabalhadores da Argentina ou o estado da África Ocidental em termos do contexto cultural do qual são parte integrante. Agir assim simplesmente significa seguir uma regra elementar da abordagem antropológica em relação a povos e coisas que não pertencem à sua própria cultura.

TABELA 1

Diferenciação Ocupacional em dez localidades de São Paulo Colonial (em percentagem de chefes de família)

OCUPAÇÕES	Areias 1822	Taubaté 1822	Iguape 1822	Piracicaba 1822	Itu 1822	Sorocaba 1823	Itapeti- ninga 1822	Cananéia 1822	Bragança 1822	Franca 1824
Agricultores sem escravos	48.6	54.6	59.1	41.7	31.0	42.9	69.5	58.5	67.6	11.0
Agricultores com escravos	33.1	14.2	20.7	17.5	23.2	11.5	8.0	23.9	18.1	29.9
Negociantes sem escravos	2.2	3.7	4.2	11.4	8.9	4.1	3.4	4.8	1.5	2.7
Negociantes com escravos	2.2	3.3	6.0	1.5	3.6	3.0	2.1	2.6	1.3	2.2
Artesãos sem escravos	3.6	6.5	3.6	4.9	14.9	18.6	2.1	5.2	2.0	8.2
Artesãos com escravos	1.4	2.7	.8	1.0	2.8	2.4	2.2	1.9	.9	4.1
Operários	2.0	2.2	.3	12.7	3.6	5.6	3.0	.3	2.0	13.6
Profissões	.7	1.0	.4	1.0	3.8	1.0	.5	—	.4	.8
Administração	.3	.4	.4	.5	.4	.5	—	.3	.4	.2
Mendigos	1.5	3.5	.8	1.9	4.3	3.2	.9	—	2.3	—
Pescadores	—	.6	2.4	—	—	—	—	1.8	—	—
Novos Coloni- zadores	—	—	—	3.9	—	—	—	—	—	—
Pobres	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Vadios	—	—	—	—	—	.4	8.7	—	2.2	14.7
Nenhuma informação	4.0	7.3	1.3	2.0	3.5	6.6	1.6	.7	1.3	12.6
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Chefe de Fam.	N = 1,125	N = 1,752	N = 832	N = 801	N = 1,051	N = 1,788	N = 1,319	N = 268	N = 1,438	N = 491
Escravos	N = 3,356	N = 1,799	N = 1,576	N = 1,650	N = 3,840	N = 2,034	N = 595	N = 586	N = 1,663	N = 1,233
Agregados	N = 327	N = 404	N = 534	N = 164	N = 393	N = 510	N = 322	N = 160	N = 414	N = 39

TABELA 1A

Diferenciação de agricultores donos de escravos em dez localidades de São Paulo Colonial (em percentagem)

Número de escravos	Areias 1822	Taubaté 1822	Iguape 1822	Piracicaba 1822	Itu 1822	Sorocaba 1823	Itapeti- ninga 1822	Cananéia 1822	Bragança 1822	Franca 1824
1—3	47,6	45.4	48.3	35.7	19.3	48.5	63.8	31.3	56.1	44.2
4—6	20.7	29.7	20.3	17.2	20.1	22.3	20.0	25.0	21.5	18.4
7—10	12.9	10.0	11.6	12.2	13.5	9.7	10.5	12.5	13.1	18.4
11—14	6.5	5.6	9.9	5.0	11.9	7.3	4.8	12.5	4.2	6.1
15—20	4.8	5.2	3.5	7.1	10.6	4.9	.9	10.9	2.7	9.5
21—25	1.6	2.5	3.5	7.1	1.0	1.9	--	3.1	.8	.7
26—30	1.0	.4	—	7.1	4.1	1.5	—	3.1	.4	2.0
31—40	.5	—	1.7	3.6	5.7	1.9	—	1.6	1.2	.7
41—50	1.9	.8	—	1.4	4.1	.5	--	—	—	—
50+	2.4	.4	1.2	3.6	3.7	1.5	—	—	—	—
	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
	N = 372	N = 249	N = 172	N = 140	N = 244	N = 206	N = 105	N = 64	N = 260	N = 147

TABELA 2

Distribuição da Renda entre agricultores (em porcentagem)
em quatro localidades de São Paulo (1822-24)

Renda em mil réis	Areias	Itu	Taubaté	Franca
1-100	18.3	22.6	89.6	61.3
101-200	25.3	23.3	5.0	25.9
201-300	15.8	16.2	2.3	—
301-400	9.1	8.5	1.8	3.2
401-500	8.8	4.9	.5	3.2
501-600	8.2	2.8	.2	—
601-700	—	3.5	—	3.2
701-800	1.2	2.1	.2	—
801-900	.3	2.1	—	—
901- 1,000	.6	2.1	—	—
1,000- 1,100	6.4	1.4	—	—
1,101- 1,200	—	2.8	—	—
1,201- 1,300	—	.7	—	—
1,300- 1,400	.6	1.4	—	3.2
1,401- 1,500	—	—	—	—
1,501- 1,600	2.1	1.4	—	—
1,601- 1,700	.3	—	—	—
1,701- 1,800	.3	—	.2	—
1,801- 1,900	—	—	—	—
1,901- 2,000	—	—	—	—
2,001- 3,000	2.1	2.1	.2	—
3,001- 4,000	—	1.4	—	—
4,001- 5,000	—	.7	—	—
5,001- 6,000	—	—	—	—
6,001- 7,000	—	—	—	—
7,001- 8,000	—	—	—	—
8,001- 9,000	—	—	—	—
9,001-10,000	—	—	—	—
10,001-15,000	—	—	—	—
15,001-20,000	.6	—	—	—
	100.0	100.0	100.0	100.0
	N=329	N=142	N=403	N= 31

TABELA 3

Distribuição Ocupacional em 10 Localidades de São Paulo
Colonial (1822-24)

Nome da Localidade	N.º de Chefes de família	N.º de Ocupações
Areias	1,125	26
Taubaté	1,752	44
Iguape	832	23
Piracicaba	801	24
Itu	1,088	29
Sorocaba	1,804	43
Itapetininga	1,319	18
Cananéia	271	14
Bragança	1,438	19
Tôdas as localidades		76

TABELA 4

Renda Monetária de Agricultores sem Escravos

Areias N=140 ou 25.6 — percentagem de todos os agricultores sem escravos — Taubaté N=273 ou 28.5 — percentagem de todos os agricultores sem escravos

Renda em mil réis	AREIAS		TAUBATÉ	
	N.º	Percentagem	N.º	Percentagem
1-9	—	—	126	46.2
10-19	—	—	94	34.4
20-29	6	4.3	28	10.3
30-39	—	—	10	3.7
40-49	9	6.4	6	2.2
50-59	14	10.0	—	—
60-69	9	6.4	4	1.3
70-79	3	2.1	1	.4
80-89	5	3.6	—	—
90-99	3	2.1	1	.4
100-149	26	18.6	2	.7
150-199	19	13.6	1	.4
200-249	13	9.3	—	—
250-299	11	7.9	—	—
300-349	6	4.3	—	—
350-399	3	2.1	—	—
400-449	5	3.6	—	—
450-499	1	.7	—	—
500-549	5	3.6	—	—
550-599	—	—	—	—
600-649	—	—	—	—
650-699	—	—	—	—
700+	2	1.4	—	—
	N=140	100.0	N=273	100.0

TABELA 5

Proporção de agricultores em dez localidades de São Paulo
(1822-24)

Areias	81.6
Taubaté	68.7
Iguape	79.7
Piracicaba	59.0
Itu	52.3
Sorocaba	53.9
Itapetininga	77.4
Cananéia	81.5
Bragança	85.7
Franca	40.8

TABELA 6

Distribuição da renda entre agricultores de Taubaté dentro
da faixa de 1 a 100 mil réis

Renda em mil réis	Número	Porcentagem
1-10	157	43.5
11-20	115	31.8
21-30	28	7.8
31-40	22	6.1
41-50	9	2.5
51-60	6	1.7
61-70	4	1.1
71-80	6	1.7
81-90	3	.8
91-100	11	3.0
	N=361	100.0